

FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E ÉTICA: NOTAS CRÍTICAS

HUMANISTIC AND ETHICAL FORMATION: CRITICAL NOTES

Marcelo José de Souza e Silva¹

RESUMO

Nos dias de hoje existe um discurso acentuado sobre a necessidade de superar o ensino tecnicista e sua suposta lógica não humana e não ética, principalmente na área da saúde. Porém, esse discurso é uma mistificação da realidade objetiva. Cada sociedade possui uma moral, de acordo com as relações sociais de produção da época, sendo a ética o estudo dessa moral. No capitalismo, essa moral busca o lucro acima de tudo. Após a crise do início da década de 1970, foram formuladas críticas que buscavam as causas da crise, porém, devido à falta de um embasamento teórico que permitisse entender as determinações sociais envolvidas, a crítica foi direcionada ao ensino, especificamente o ensino técnico-científico. Essa superação procura se dar através da adesão ao ideário do aprender a aprender como concepção pedagógica, supondo que ela possui os elementos que podem humanizar e tornar ética a formação. Porém, tanto esse ideário quanto o ensino técnico-científico são formulações que não procuram mudar as bases da sociedade, e, assim, não possuem condições de alcançar aquilo que almejam. O discurso humanista serve, portanto, como forma de adaptar ao máximo o indivíduo à sociedade capitalista.

Palavras-chave: Humanismo – Ética – Moral – Educação

ABSTRACT

Nowadays there is a sharp speech about the need to overcome the technical education and its alleged non-human and unethical logic, especially in health area. However, this speech is a mystification of objective reality. Each society has a moral, according to the social relations of production of the epoch, being ethics the study of this moral. In capitalism, the morality seeks profit above all else. After the crisis of the early 1970s, there was criticism that sought the causes of the crisis, however, due to the lack of a theoretical framework that allows understanding the social determinants involved, criticism was directed to education, particularly technical-scientific education. Seeks to overcome this by adhering to the ideals of learning to learn as instructional design, assuming it has the elements that can humanize and make ethical the education. However, both learning to learn and the technical-scientific education are formulations that are not seeking to change the foundation of society, and thus cannot afford to

achieve what they aspire. The humanist discourse thus serves as a way to adapt most the individual to capitalist society.

Keywords: Humanism – Ethics – Moral – Education

INTRODUÇÃO

Entendemos a formação do ser humano enquanto a produção da humanidade – que é produzida histórica e coletivamente – no sujeito singular. Dessa forma, não somos contrários a uma formação dita *humana e ética*, ou seja, uma formação que, em nosso entendimento, seja calcada na práxis e que vise uma relação não alienada e estranhada entre os seres humanos.

O discurso sobre a necessidade de uma formação humanística e ética está no bojo das mudanças curriculares dos cursos superiores no Brasil – principalmente na área da saúde –, que fazem parte de um movimento de reformas curriculares que começa na década de 1990, com a crise do sistema capitalista, que, para tentar contornar as baixas taxas médias de lucro, passaram a adotar o ideário neoliberal na gerência do Estado e o modelo toyotista na indústria, o que ocasionou uma necessidade de trabalhadores mais flexíveis e que gerassem menores custos, para um consequente aumento da extração de mais-valor desses trabalhadores (SILVA, 2013).

Segundo Silva (2013), no mundo do trabalho essas mudanças se dão principalmente pela simplificação do processo de trabalho, transferindo para o maquinário grande parte do conhecimento elaborado, restando ao trabalhador a tarefa de operá-lo. E a elaboração desse conhecimento se restringe ainda mais aos países capitalistas avançados. A simplificação do trabalho faz com que não seja mais necessário um profissional altamente qualificado, com uma formação aprofundada, com a transmissão dos conhecimentos histórico e socialmente produzidos pela humanidade. O trabalho, dessa forma, torna-se mais precarizado.

Na educação, esse movimento de reformas curriculares, indo ao encontro da simplificação do trabalho e mínima qualificação do trabalhador, procura mudar a concepção pedagógica tecnicista para o ideário do aprender a

aprender. Junto a essa mudança de concepção pedagógica, reforça-se o discurso de que o ensino técnico não era – e ainda não é – humano e ético, ou de que o ensino técnico-científico fez com que se perdessem supostos princípios ético-morais da sociedade (CAREGNATO, MARTINI E MUTTI, 2009; TEIXEIRA, 2009; FINKLER, CAETANO E RAMOS, 2011; GONZÁLEZ-BLASCO *et al.*, 2013) e que, portanto, nesse novo ideário utilizado seria necessário ensinar essas *habilidades*, ou *capacidades*, que, segundo o discurso, são necessárias para o trabalhador em sua inserção no mundo do trabalho.

Reafirmamos a necessidade do ensino de *Humanidades*, principalmente na área da saúde, que possui ainda um ensino muito técnico, como forma de transmitir conhecimentos filosóficos para os indivíduos. Porém, acreditamos que o surgimento do discurso da necessidade da formação humanística e ética tem causas mais profundas que o fato de que o ensino tecnicista não ser humano ou ético. Por isso, trataremos neste estudo das bases que levam à essa necessidade de uma formação humana e ética nos dias de hoje.

ÉTICA COMO NORMATIZAÇÃO DA VIDA EM SOCIEDADE

Segundo Vázquez (2007, p. 21), “a ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado porém na sua totalidade, diversidade e variedade”, considerando que esses sujeitos vivem em sociedade. Para o autor, o valor da ética como teoria reside naquilo que ela explica e não em prescrever ou recomendar formas de agir em situações concretas.

A ética é o estudo da moral de determinada época, e, portanto, ela pode ser científica, pois pode existir um conhecimento científico da moral. Porém, a moral não pode ser científica, já que é um comportamento humano, mas que pode ter seus fundamentos, origens e evolução investigadas racional e objetivamente. Não ser científica não impede que a moral possa ser compatível com os conhecimentos científicos sobre a humanidade, a sociedade e, sobretudo, sobre o comportamento humano moral, e é dessa forma que a

ética pode fundamentar uma moral, sem ser, por si mesma, normativa ou preceptiva (VÁZQUEZ, 2007).

Somente o ser humano possui comportamento moral, pois é o único ser histórico, social e prático, que transforma conscientemente a natureza, ao mesmo tempo em que transforma sua própria natureza. Sendo a moral um conjunto de normas e regras que regulam as relações das pessoas em uma determinada sociedade, ela não pode ser, por sua vez, uma manifestação eterna e imutável, pois é uma parte do processo de transformação que constitui a história da humanidade e está sujeita a ele, variando historicamente nas diferentes sociedades.

“Assim como umas sociedades sucedem as outras, também as morais concretas, efetivas, se sucedem e substituem umas às outras” (Vázquez, 2007, p. 37). É por isso que podemos falar da moral da Antiguidade, do feudalismo e da sociedade moderna. A moral é histórica, pois é um aspecto do ser humano, que é um ser histórico. E isso estabelece que a ética, o estudo científico da moral, a conceba como um aspecto mutável da realidade humana.

Nas comunidades primitivas os sujeitos já buscavam colocar a natureza a seu dispor, mas, devido aos rudimentos dos instrumentos, a natureza ainda prevalecia, se apresentava a eles como um mundo estranho e hostil. Para enfrentar esse poder hostil e dominá-lo, era preciso reunir todos os esforços e multiplicar o poder dos seres humanos. Dessa forma, o trabalho adquire, necessariamente, um caráter coletivo e o fortalecimento dessa coletividade se transforma em uma necessidade vital, pois é a partir deste trabalho coletivo, e da vida social, que se garante a subsistência da comunidade. Para garantir essa coletividade surgem normas, mandamentos ou prescrições não escritas, baseadas nas qualidades ou atos dos membros da comunidade. Dessa forma nasce a moral, com o propósito de garantir a concordância do comportamento de cada sujeito aos interesses coletivos, o que leva a ser considerado bom ou proveitoso aquilo que contribui para reforçar a união ou atividade comum da comunidade, e a ser considerado mau ou perigoso o oposto, aquilo que vai contra a união, como o isolamento ou a dispersão dos esforços.

Com o aumento geral da produtividade do trabalho, através do desenvolvimento da criação de gado, agricultura e trabalhos manuais, se

elevou a produção material, passando a existir uma quantidade de produtos excedentes, que podiam ser estocados por não serem exigidos imediatamente para a subsistência. Dessa forma, foram criadas as condições para que surgisse a desigualdade de bens entre os membros da comunidade, que até aquele momento eram repartidos com igualdade, de acordo com as necessidades de cada um. Essa desigualdade tornou possível a apropriação privada dos bens ou produtos do trabalho alheio. A partir do surgimento desse excedente na produção que aparecem os escravos, ou seja, novas forças de trabalho, que permitem aumentar ainda mais a produção. E, do ponto de vista econômico, a escravidão torna-se uma necessidade social, caracterizada na aparência como respeito à vida dos prisioneiros de guerra, que anteriormente eram mortos.

Na Atenas da Antiguidade, a moral estava relacionada com a política, entendida como técnica de dirigir e organizar racionalmente as relações entre os membros da comunidade. Por isso a necessidade de exaltar as virtudes cívicas, como fidelidade e amor à pátria, valor na guerra, dedicação aos negócios públicos acima dos particulares, sendo fundamental, do ponto de vista moral, a compreensão de que existia um domínio pessoal, porém este era inseparável da comunidade, o que conduzia a uma consciência da responsabilidade de cada membro da comunidade como parte de uma conduta moral autêntica.

Já na sociedade medieval, a moral estava impregnada de conteúdo religioso, devido à existência de um papel principal da Igreja na vida da sociedade, e como esse poder eclesiástico era aceito por todos os membros da comunidade, de todas as distintas classes existentes, esse conteúdo religioso garantia certa unidade moral. Apesar desta coesão moral, cada classe possuía sua moral própria, com exceção dos servos, considerados sem moral, se destacando a moral de uma classe dominante da época, a aristocracia. A moral dessa classe exaltava o ócio e a guerra, ao mesmo tempo em que desprezava o trabalho físico. Além disso, a moral cavalheiresca partia da premissa de que o nobre já possuía qualidades morais que o distinguia das outras classes, devido a sua linhagem sanguínea e, portanto, somente o nobre possuía realmente uma moral, diferentemente do servo, que não podia levar uma vida realmente moral, pois era aquele que se dedicava ao trabalho físico.

Ainda na sociedade feudal se deu a gestação de novas relações sociais, as relações sociais capitalistas, e a elas deveria corresponder uma nova moral, “um novo modo de regular as relações entre os indivíduos e entre estes e a comunidade” (Vázquez, 2007, p. 47). Com o estabelecimento de um novo modo de produção, a produção da vida foi moldando novas relações sociais, incluindo uma nova moral que correspondesse a essas relações. Para que elas se consolidassem, eram necessários sujeitos livres – por isso a necessidade de libertar os servos –, assim como a superação dos feudos, o que permitiu a criação de um mercado nacional único, além de um Estado centralizado que permitisse uma centralização econômica e política desse mercado (VÁZQUEZ, 2007).

Este novo sistema econômico é regido pela lei da obtenção do máximo lucro e, portanto, gera uma lei moral própria, que não pode alterar a necessidade objetiva de que o capitalista compre, através do salário, a força de trabalho de um trabalhador e que o explore para obter mais-valor. Essas relações objetivas criam um solo fértil para o surgimento do “espírito de posse, o egoísmo, a hipocrisia, o cinismo e o individualismo exacerbado” (Vázquez, 2007, p. 48). Cada pessoa só pode confiar em si mesma, pois o mundo agora é uma guerra de todos contra todos, no qual o ganho de um é a perda do outro.

Portanto, a moral se constitui enquanto normas não escritas que regem em determinada relação social de produção a forma como cada pessoa se relaciona com o outro, com si mesmo e com o mundo ao seu redor. E a ética é o estudo dessa moral, analisando como as normas surgem e se transformam, quais suas bases materiais, ou seja, não é um conjunto de normas escritas que determinam as ações dos sujeitos em cada caso concreto no mundo prático.

FORMAÇÃO HUMANÍSTICA COMO IDEOLOGIA

Segundo Tonet (s/d), atualmente existe uma ênfase nunca vista sobre a importância dos direitos humanos, necessidade do respeito à vida humana, relação harmônica com a natureza, ação política eticamente orientada e recuperação dos verdadeiros valores. Ao mesmo tempo, também nunca foi tão disseminada a ideia de que existe uma enorme confusão na área dos

valores, que antes seriam sólidos e estáveis e hoje em dia não o seriam. Aparentemente a sociedade se transformou, de uma hora para outra, em um vale-tudo, onde não se pode precisar o que é bom ou mau, correto ou incorreto e que os valores que mais emergem nos sujeitos são o individualismo, imediatismo e utilitarismo, chegando até mesmo ao cinismo mais aberto.

De acordo com o autor, existe uma dissociação entre a realidade objetiva, na qual se aprofunda a degradação da vida humana, e o discurso, que se prende em um apelo moralizante – baseado na solidariedade, ajuda, preocupação com o bem comum –, ou tentativas de fundar uma nova *ética*, que seja capaz de fazer frente a essas mudanças. Enquanto a realidade objetiva exige que sejam realizadas determinadas ações, que trata tudo, inclusive as pessoas, como coisas, que está centrada no interesse privado, se opõem uma reivindicação ética de que é preciso tratar as pessoas como fim, que é preciso ser mais solidária, se preocupar com o interesse público. Ou seja, confronta-se a realidade objetiva com um discurso mistificado, que ganha corpo em um ideal de ética – uma ética normatizadora –, que, segundo a ideologia do capital, poderá transformar essa mesma realidade objetiva, tão criticada.

No capitalismo a produção de mercadorias implica que o ser humano seja transformado em mercadoria, pois só assim é possível que se compre força de trabalho e se extraia do trabalhador o mais-valor, necessário para o constante aumento e valorização do capital. Assim, a única forma de fundar uma ética normatizadora que mistifique essas relações sociais ao invés de ser um estudo científico da moral, é através da dissociação da realidade objetiva e dos valores, sendo o suposto objetivo deles, da forma como estão pensados, quando transcendentalmente fundados, orientar a transformação da realidade.

De acordo com Tonet (s/d), o cerne das relações sociais capitalistas tem como princípio o interesse particular, porém, o reino dos valores pretende-se voltado para o interesse universal. Estas duas esferas são inconciliáveis, pois, enquanto a primeira é o fundamento do ser social em sua totalidade no capitalismo, sendo, portanto, a fonte da moral, a segunda só pode aparecer enquanto uma dimensão ideal, deslocada da realidade, aparecendo como um discurso vazio que nunca poderá ser efetivado na prática. Mas apesar de vazio, é um discurso socialmente necessário, pois se apresenta como um princípio

regulador, como algo necessário, mas de tal forma que é um horizonte que dificilmente será alcançado.

Essa ética idealizada, ideológica, funciona para acentuar a desumanização da vida, portanto, de forma oposta àquilo que reivindica, sendo um elemento funcional ao capital na medida em que permite que “funcione sem perder a sua natureza essencial, mas também sem deixar que as suas contradições internas emerjam com toda a sua força” (Tonet, s/d, p. 9). Por isso não concordamos que uma formação deva se basear em *sonhos e esperanças*, como afirmam Albuquerque e Giffin (2008), uma solução idealista, desvinculada da realidade objetiva.

Isso faz com que a humanização do capital, que é intrinsecamente impossível, seja vista como possível e realizável, mesmo que de modo lento e gradual, pois a ação imediata e tópica pode mostrar certo sucesso visível. Porém, como a conexão dessa ação com o objeto maior não pode ser demonstrada, é apenas uma suposição, sua possibilidade passa para o âmbito da fé. “Ou seja, não posso demonstrar a relação que existe entre o que estou fazendo e a humanização do capital, mas mesmo assim acredito!” (Tonet, s/d, p. 9). Já o possível, a superação do capital, da propriedade privada dos meios de produção, é tida como irrealizável, pois uma ação imediata e tópica não apresenta, no momento histórico atual, qualquer sucesso visível.

Entendemos ser compreensível que as pessoas procurem soluções que resultem em resultados *palpáveis*, que forneçam elementos que provem que determinadas ações estão corretas e devem ser seguidas. Resultados que são ações coletivas, cuja ação individual está dentro de uma totalidade universal, e cujo resultado individual não corresponde necessariamente ao resultado universal almejado, são muito menos *palpáveis* para as pessoas. Por isso a necessidade de um conhecimento profundo da realidade social para permitir apreender as conexões entre a realidade objetiva e o que se diz dela. Assim, em conjunto à fé, pode-se dizer que não se travam lutas universais no capitalismo, pois “não compreendo que se possa fundamentar a possibilidade da erradicação do capital e por isso não creio nisso” (TONET, s/d, p. 10).

Dessa forma, a formação humanística, um discurso ideológico que mistifica a realidade, esconde as relações sociais que tratam o ser humano

como mercadoria, ao mesmo tempo que fornece uma *falsa esperança* de que é possível reformar radicalmente essas relações na direção oposta.

FORMAÇÃO ÉTICA COMO NORMATIZAÇÃO IDEOLÓGICA

Na educação existe uma ênfase dada à superação tecnicista, que seria não humanizada, pela via de uma suposta formação humanística. Segundo o mesmo discurso, essa superação também se daria através de uma formação ética, pois o tecnicismo seria não ético.

A moral são as normas não escritas que regem as relações dentro de determinada sociedade e a ética é o estudo dessa moral. Assim, só se pode julgar moralmente aqueles atos que são realizados livre e conscientemente, nos quais foi possível optar entre várias possibilidades, pois somente nesses casos a responsabilidade pode ser assumida pelo sujeito ou grupo social que praticou a ação. Não se pode responsabilizá-los (julgá-los moralmente) pelas ações que não foram praticadas livre e conscientemente, mesmo que essa liberdade não exclua certa determinação. Dessa forma, não se pode julgar moralmente o fato histórico da acumulação que deu início ao capitalismo, apesar dos sofrimentos e humilhações que ocorreram em conjunto, pois não se tratava de um resultado visado livre e conscientemente. Com o mesmo sentido, não se pode julgar moralmente o capitalista singular, pois ele suas ações estão de acordo com necessidades históricas, impostas “pelas determinações do sistema, ainda que se possa julgar o seu procedimento na medida em que, pessoalmente, pode optar entre várias possibilidades” (VÁZQUEZ, 2007, p. 57). Portanto, a riqueza moral de uma sociedade é proporcional ao grau de possibilidades que oferece para que seus membros assumam a responsabilidade pessoal ou coletiva de seus atos, ou seja, quanto mais livres forem para agir conscientemente.

A moral muda historicamente dependendo das relações sociais de determinada comunidade, porém, sua função social se mantém, a de regular as ações particulares nas relações coletivas, do sujeito com a comunidade, com vistas a preservar a sociedade em seu conjunto e, dentro dela, a integridade do grupo social. Essas normas morais implicam uma relação livre e consciente entre esses sujeitos e a comunidade, porém, essa relação está socialmente

condicionada, pois todo sujeito é um ser social. Isso significa que cada um se comporta moralmente dentro de certas relações e condições sociais determinadas que ele *não escolheu*, além de estar dentro de um sistema de princípios, valores e normas que *não inventou*, mas que recebeu socialmente, regulando suas relações com membros da comunidade ou ela como um todo. Além disso, mesmo que a consciência seja singular e sendo nela que se operam as decisões de caráter moral, por ser condicionada socialmente, não deixa de refletir uma situação social concreta. Isso explica o porquê diferentes membros de uma determinada sociedade, em uma mesma época, reagem de maneira semelhante.

Além de precisar ser um ato livre e consciente, o ato moral precisa ser teleológico, ter um resultado antecipado e, além disso, a decisão de realmente alcançar esse resultado. A consciência desse fim e a decisão de alcançá-lo é o que qualifica o ato moral como voluntário e é isso que o diferencia dos outros atos que estão à margem da consciência, como os fisiológicos ou psíquicos automáticos (instintivos ou habituais) que se produzem no sujeito sem sua intervenção ou controle, sendo inconscientes e involuntários, portanto, não morais. Soma-se à antecipação do fim, a responsabilidade do agente moral em responder também pelos meios empregados e pelos resultados reais obtidos (VÁZQUEZ, 2007).

Cabe destacar aqui que ser um ato consciente e livre não reduz o ato moral ao aspecto subjetivo, pois ele mostra um lado objetivo que vai além da consciência, como o emprego de determinados meios, resultados objetivos, consequências. Também não é possível focar o ato em um só de seus elementos, não podendo ser encontrado o significado moral de tal ato unicamente em seu motivo, pois o sujeito da ação pode não reconhecê-lo claramente ou não ter consciência dele.

O ato moral é, portanto, uma totalidade constituída pelo motivo, fim, meios, resultados e consequências objetivas, com o subjetivo e o objetivo como componentes dialéticos, e sua avaliação necessita se dar a partir das relações mútuas entre esses vários elementos, assim como a relação destes com a moral que vigora na época e na sociedade do sujeito avaliado.

Assim, segundo Vázquez (2007, p. 81), “com a ajuda da norma, o ato moral se apresenta como a solução de um caso determinado, singular. A

norma, que apresenta um caráter universal, se singulariza, desta maneira, no ato real”. Mesmo que a norma seja aplicável aos casos particulares, é impossível prever todos os acontecimentos entre a intenção e o resultado do ato moral, podendo ocorrer que este último seja totalmente diferente da intenção inicial. Isso significa que, como são muitos os casos que recorrem à mesma norma moral, os fins precisam ser hierarquizados de modo diverso, fazendo com que, conseqüentemente, as soluções sejam diversas, mesmo em situações análogas. Assim sendo, fica impossível determinar previamente e com toda certeza o que se deve fazer em cada caso.

De acordo com Vázquez (2007), quando deparados com um caso concreto, os sujeitos não se encontram totalmente desamparados, pois possuem um código moral como bagagem, porém, devido às peculiaridades de cada situação e seus aspectos imprevisíveis, também não se pode considerar estes sujeitos como totalmente amparados. “Confrontando a norma com as exigências práticas, surge assim uma situação problemática que assume a forma de um conflito de deveres ou dos assim chamados casos de consciência” (VÁZQUEZ, 2007, p. 82).

Devido ao contexto, à singularidade, novidade e imprevisibilidade de cada situação real, é impossível ditar previamente uma regra de realização para cada um dos casos particulares, o que não significa que não se deve confrontar a situação com uma norma moral de caráter geral. Além disso, ao oferecer ao sujeito uma decisão segura, lhe apresentando previamente o que deverá decidir em cada caso, fica empobrecida sua vida moral, pois sua responsabilidade pessoal na tomada de decisão correspondente, além dos meios que serão utilizados para alcançar o fim determinado, fica reduzida.

Por esta razão, não se pode julgar um ato somente através de uma norma ou regra de ação, sendo necessário examinar também as condições concretas nas quais ele se realiza, para que se possa determinar se o sujeito tinha a possibilidade de opção e de decisão para que lhe possa ser atribuída uma responsabilidade moral.

Segundo Vázquez (2007), analisada a ação concreta enquanto totalidade, só se pode julgar a responsabilidade moral de um sujeito caso ele tenha consciência do ato, pois ignorar as circunstâncias, a natureza ou as conseqüências da ação é uma condição para eximi-lo dessa responsabilidade,

“particularmente quando é devida ao nível de desenvolvimento moral pessoal em que o sujeito se encontra ou ao estado de desenvolvimento histórico, social e moral em que se encontra a sociedade” (Vázquez, 2007, p. 112). Porém, é necessário que não só não as conhecia, como não podia e não tinha a obrigação de conhecê-las, ou seja, o sujeito não é responsável por sua ignorância ou se encontra na impossibilidade subjetiva e/ou objetiva de ser consciente do seu ato.

Isso pode se manifestar, por exemplo, quando o sujeito está sob a pressão de uma coação externa. É tomada do sujeito a possibilidade de escolher o caminho e decidir o resultado desejado, não lhe permitindo seguir outro caminho e, dessa forma, não se pode responsabilizá-lo pela forma como agiu. A coação externa pode anular a vontade do sujeito e até eximi-lo de sua responsabilidade pessoal, porém, isso não se dá de forma absoluta, porque mesmo em casos de coação severa, existe certa margem de opção e, conseqüentemente, de responsabilidade moral.

Mesmo assim, a ideologia dominante diz que existem essas possibilidades, de ir contra a coação externa e, em alguns casos, isso corresponde à realidade. Porém, em geral, essa possibilidade não existe, sendo o discurso um instrumento ideológico baseado em conteúdo idealizado que não tem correspondência no real, não existe na prática. Mas, apesar de tudo isso, mesmo que o sujeito esteja condicionado socialmente a buscar determinado fim, isso não o exime da responsabilidade de buscar brechas na coerção e procurar fins que levem à transformação da realidade objetiva da sociedade atual que exige esse tipo de moral.

No capitalismo, o fim social previsto é a obtenção de lucro. Dessa forma, o trabalhador se vê em relações concretas em que há uma inversão dos fins e meios utilizados no discurso. Para o profissional de saúde, por exemplo, o discurso é de que o fim é a saúde do paciente, sendo que os objetos de sua prática se constituem como um meio de atingir esse objetivo; porém, o fim, concretamente, na sociedade capitalista, é o lucro, e a saúde é utilizada como um meio para atingir esse fim. A saúde se torna um meio para obter o lucro para o capitalista, e também um meio para receber um salário no final do mês e sobreviver, no caso do trabalhador. Devido à alienação das relações sociais capitalistas, rompe-se a articulação entre os motivos da atividade e os fins

esperados (Leontyev, 2009), transformando a saúde, que deveria ser o fim social almejado, em apenas mais um meio de obter lucro e valorizar capital. Apesar disso, é imposto um julgamento moral sobre o sujeito, mesmo que ele não tenha liberdade para optar entre diversas possibilidades.

Tomando novamente os profissionais de saúde como exemplo, criticam-se os trabalhadores por não aderirem às políticas públicas de humanização, entendendo isso como um paradoxo inexplicável. Porém, essa situação de não cumprimento na prática das políticas *moralizantes* só é paradoxal se não entendermos que esse discurso humanista e ético está em contraposição à realidade prática, ou seja, que ele procura mistificar a realidade objetiva, velando uma análise profunda da moral da sociedade capitalista, culpabilizando a pessoa singular ao invés de se realizar a crítica à esfera universal, social, que deu origem à moral em questão.

Além disso, ao internalizar o discurso humanístico e ético e, na prática, não conseguir executar ações nesse sentido – ações *humanas* e *éticas* –, pode levar ao adoecimento do sujeito, principalmente psíquico, como, por exemplo, o sentimento de frustração em saber que seu ato vai contra aquilo que é realmente necessário para o paciente, mas mesmo assim o profissional é obrigado a realizá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moral da sociedade capitalista – imanente a ela, portanto, presente desde seu início até o seu final – é, em última instância, realizar ações para obter lucro e valorizar capital. Mas, com a reestruturação produtiva iniciada com a crise do início da década de 1970, essa moral acentuou-se dentro das relações entre as pessoas. Com isso surgem críticas a essas relações, porém, sem um entendimento profundo do modo de produção, essas críticas incidem não sobre as relações sociais de produção, e sim sobre a educação, especificamente sobre o ensino técnico-científico. Surge assim uma dicotomia entre o ensino técnico-científico, considerado não humano e não ético, e o ensino humanístico e ético, profundamente arraigado no ideário do aprender a aprender.

Dessa forma, consideramos que o ensino de *Humanidades* busca melhorar a formação atual, de forma positiva. Porém, sem um entendimento aprofundado das relações sociais em que está imersa a formação do indivíduo, reivindicar essa formação acaba se tornando apenas um discurso que não muda realmente a situação e, ao contrário, acaba forçando o indivíduo a se adaptar o máximo possível a essa realidade – além de poder causar sofrimento psíquico. Por isso, não são as sociedades atuais que necessitam de cidadãos éticos, como afirmam Finkler, Caetano e Ramos (2011), e sim é necessário mudar o modo de produção do qual surgem essas relações morais que colocam o lucro acima de tudo, acima inclusive da própria vida humana.

Assim, consideramos necessário o ensino de conteúdos chamados de *Humanidades*, mas não com o intuito de que com essas disciplinas o indivíduo possa se tornar humano e ético, mas sim pelo conteúdo filosófico que elas fornecerão para os formandos. As disciplinas de *Humanidades* são apenas uma tentativa temporária de combater as relações sociais de produção capitalista, porém, simplesmente a existência delas não acaba com as causas que levam a que sejam necessárias.

No bojo das disciplinas de *Humanidades*, também consideramos equivocada a dicotomia existente entre estas e as disciplinas *Técnicas*. A partir de uma crítica que não compreendia – ou não queria compreender – as determinações do modo de produção, surge um fetichismo da técnica, na qual ela se torna o mal a ser combatido. Entendemos que não é o ensino técnico que não é humano e ético e que o aprender a aprender é humano e ético. Ambos são frutos das relações sociais alienadas e estranhadas do capitalismo e, conseqüentemente, não permitem que se desenvolvam essas características almeçadas. Porém, esse fetichismo acaba fortalecendo o ideário do aprender a aprender com relação a não transmissão de conteúdos científicos no processo de formação, impedindo que os indivíduos se apropriem daquilo que foi produzido historicamente pela humanidade, ou seja, que seja de fato educado.

Dessa forma, pretende-se uma formação que ensine a ser *mais humano*, porém, a suposta formação humanística é, na verdade, um discurso ideológico, que mistifica a realidade, escondendo as relações sociais que tratam o ser humano como mercadoria, ao mesmo tempo em que fornece uma *falsa esperança* de que é possível reformar radicalmente essas relações em

uma outra direção, que trate todo sujeito como ser humano, sem alterar o modo de produção que origina essas relações. E a ética é entendida como conjunto de normas escritas que devem ser seguidas para que exista uma relação humana entre os sujeitos. Porém, essa ética normatizadora procura, na verdade, adaptar o máximo possível o sujeito ao modo de produção capitalista.

Para a transformação deste modo de produção é preciso atuar com uma práxis revolucionária em suas contradições e, no caso em questão, se faz necessária uma ética que seja o estudo científico da moral existente na sociedade. É preciso, portanto, não uma ética idealizada, e sim uma ética que seja o estudo científico da moral existente no capitalismo, para que seja possível transformá-la a partir da transformação das relações sociais existentes. É preciso um ensino escolar baseado em conteúdos científicos e uma prática que permitam ao sujeito se apropriar do entendimento das relações sociais em que está imerso e, dessa forma, entender as dimensões humana e moral e, assim, atuar de forma a realmente enxergar o outro como ser humano e não mediado pela e como uma mercadoria.

Faz-se necessário superar as relações sociais de produção capitalistas, pois são relações alienadas, que invertem fins e meios, transformando tudo e todos em mercadorias, com o objetivo de adquirir lucro para valorizar capital. A educação pode ser utilizada como instrumento para a superação dessa sociedade rumo a outra, na qual os sujeitos sejam realmente livres, de forma a não viver nos limites de sua subsistência e sim alcançar níveis de objetivação e apropriação nunca vistos antes na história da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Verônica Santos; GIFFIN, Karen Mary. Globalização capitalista e formação profissional em saúde: uma agenda necessária ao ensino superior. **Trab. educ. saúde**. vol.6, n.3, pp. 519-538, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v6n3/07.pdf>>. Acesso em: 12/11/2013.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MARTINI, Rosa Maria Filipozzi; MUTTI, Regina Maria Varini. Questão ético-moral na formação dos enfermeiros e médicos: efeitos de sentidos nos discursos docentes. **Texto Contexto Enferm**. vol.18, n.4, pp. 713-21, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v18n4/13.pdf>>. Acesso em: 12/11/2013.

FINKLER, Mirelle; CAETANO, João Carlos; RAMOS, Flávia Regina Souza. A dimensão ética da formação profissional em saúde: estudo de caso com cursos de graduação em odontologia. **Ciênc. saúde colet.** vol.16, n.11, pp. 4481-4492, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n11/a21v16n11.pdf>>. Acesso em: 12/11/2013.

GONZÁLEZ-BLASCO, Pablo; MORETO, Graziela; JANAUDIS, Marco Aurelio; BENEDETTO, Maria Auxiliadora de; DELGADO-MARROQUÍN, Maria Teresa; ALTISENT, Rogelio. Educar las emociones para promover la formación ética. **pers.bioét.** vol.17, n.1, pp. 28-48, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/pebi/v17n1/v17n1a03.pdf>>. Acesso em: 12/11/2013.

LEONTYEV, Aleksei Nikolaevich. **The development of mind.** Pacifica: Marxists Internet Archive, 2009.

SILVA, Marcelo José de Souza e. **A educação farmacêutica como instrumento para a manutenção ou transformação da sociedade:** um estudo a partir do curso de farmácia da Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

TEIXEIRA, Marcus Zulian. Possíveis contribuições do modelo homeopático à humanização da formação médica. **Rev. bras. educ. med.** vol.33, n.3, pp. 465-474, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33n3/16.pdf>>. Acesso em: 12/11/2013.

TONET, Ivo. **Ética e capitalismo.** Disponível em: <www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/ETICA_E_CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: 12/11/2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹Farmacêutico, mestre em educação pela UFPR. Doutorando em medicina preventiva pela USP - Universidade de São Paulo. E-mail: marcelojss@gmail.com

RECEBIDO EM: maio/2014

APROVADO EM: junho/2014